



**Opinião**  
**M. Graça Carvalho**

## Vacinas: a União (Europeia) continua a ser a nossa força

**E**m janeiro do ano passado, quando a pandemia de covid-19 era ainda uma novidade, dirigi-me à Comissão Europeia apelando a um significativo reforço das verbas para financiar o desenvolvimento de vacinas e terapias contra a doença. Nessa altura, numa fase em que países como os Estados Unidos já estavam a assumir programas de dez dígitos, o esforço da União Europeia resumia-se a quase nada: pouco mais de 30 milhões de euros.

Um ano depois, só em investimento direto nas farmacêuticas envolvidas no desenvolvimento das vacinas, já foram aplicados mais de 2,7 mil milhões de euros. Um balão de oxigénio sem o qual estas não teriam tido capacidade de acelerar procedimentos, chegando a soluções eficazes em tempo recorde. Em consequência, caso se confirmem as projeções, chegaremos ao final deste mês com mais de 50 milhões de doses administradas, número que deverá duplicar no final de março.

Não faço esta nota para tentar reclamar algum mérito pelas decisões tomadas. Fui apenas uma voz, entre outras, a alertar para a urgência de uma resposta rápida e decidida a esta crise de saúde pública. O objetivo foi mostrar o que a União Europeia foi capaz de fazer em apenas um ano. Houve hesitações iniciais, e seguramente erros cometidos, mas dificilmente se encontrarão melhores exemplos da importância do projeto europeu. A nossa força nesta crise tem residido na nossa União Europeia.

A estratégia de contratualizar antecipadamente com as farmacêuticas, com o risco inerente de não se saber se as vacinas por estas desenvolvidas seriam efi-

cazes, foi um ato de coragem que está a dar frutos. A aquisição em bloco das vacinas tem permitido uma distribuição equitativa dos lotes entre os Estados membros, protegendo os países com menos argumentos dos açambarcamentos, dos “nacionalismos das vacinas”, da lei do mais forte.

Nada disto significa que tenhamos de nos dar por satisfeitos com a situação que temos. Precisamos de acelerar o ritmo de produção para alcançarmos o mais rapidamente possível a imunidade de grupo que nos permitirá o regresso à normalidade. E isso passa, de forma prioritária, pelo mapeamento de todas as instalações, públicas e privadas, que poderão alavancar essa produção, disponibilizando meios financeiros adicionais para esse fim.

Temos de garantir que as vacinas ainda a aguardar licenciamento cumprem os requisitos e entram em circulação. E não podemos deixar de investir mais na investigação científica e de exigir às farmacêuticas que se mantenham atentas a novas variantes do vírus, adaptando a sua resposta a estas.

Devemos assegurar, entretanto, que as vacinas contratualizadas com a Europa ficam na Europa. Não através de embarcos às exportações – a não ser como último recurso –, mas através do mecanismo de transparência e autorização, que nos permitirá saber quais os lotes que estão a ser exportados.

Ao mesmo tempo, devemos manter-nos atentos a alternativas produzidas fora da Europa. E a exemplos de pontos do mundo onde as coisas estão a correr melhor. Israel, que tem vacinado a sua própria população muito rapidamente graças a um protocolo com a Pfizer, que contempla a cedência de informações, deve fazer-nos refletir sobre a urgência de termos uma política consistente para os dados da saúde.

Tudo isto será feito com muito maior eficácia se continuarmos juntos. Mas manter essa solidariedade não dependerá apenas da Comissão Europeia. Precisamos de ter todos os Estados membros a bordo. E Portugal, na presidência do Conselho da União Europeia, tem aqui um papel muito importante a desempenhar.

*Eurodeputada*



**Opinião**  
**Jorge Costa Oliveira**

## Em 2100 seremos menos de 7 milhões em Portugal

**D**e acordo com as “World Population Prospects – The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables”, elaboradas pela Divisão da População da ONU, a população mundial passará dos atuais 7800 milhões de pessoas para 9800 milhões até 2050, estimando-se que chegue a 11 200 milhões em 2100.

A mais relevante novidade que este documento da ONU nos traz é o crescimento da população da África Subsariana. Hoje, esta região é habitada por menos de mil milhões de pessoas (c. 13% da população mundial); estima o estudo que em 2100 deverão ser cerca de 4000 milhões (c. 36% da população mundial). Em alguns casos – Angola, Burundi, Níger, Somália, Tanzânia e Zâmbia – as altíssimas taxas de fertilidade farão a população destes países aumentar cinco a seis vezes.

Nos países de língua portuguesa, o Brasil verá a sua população aumentar dos 209 milhões em 2017 para 232 milhões em 2050, para regredir, depois, para 190 milhões no final do século. Estima-se que a população de Angola cresça quase seis vezes, passando de c. 30 milhões em 2017 para c. 173 milhões em 2100. Por sua vez, Moçambique deverá passar dos c. 30 milhões de habitantes para c. 135 milhões no final do século. A Guiné-Bissau passará dos 1,8 para 5,9 milhões em 2100. Cabo Verde passa dos atuais 0,55 para 0,7 milhões no final do século. Timor-Leste passa de 1,3 para 3,85 milhões em 2100. São Tomé

e Príncipe passa de 0,2 para 0,6 milhões. No caso de Portugal, a previsão é que a população diminua dos atuais 10,3 milhões para 6,6 milhões em 2100.

Estas estimativas merecem ponderação séria e devem ser tomadas em consideração na [re]definição de estratégias e políticas públicas, seja da União Europeia ou seja de Portugal.

No que tange a Portugal, para além dos problemas subjacentes ao progressivo envelhecimento da população (o “índice de envelhecimento” passou de 27,5% em 1961 para 161,3% em 2019, Pordata), sobretudo nos planos laboral, da segurança social e dos serviços de saúde – é necessário perceber que este declínio populacional nos coloca perante um desafio existencial, sendo urgente delinear uma estratégia nacional de combate ou atenuação do decréscimo populacional, que seja amplamente debatida e em que se procure o mais amplo consenso nacional possível.

Uma verdadeira estratégia nacional, delineada de forma inteligente, bem pensada e séria, com foco no longo prazo.

Uma estratégia nacional que não passe por pensamentos ilusórios de que compatriotas que se expatriaram e têm a sua vida organizada fora de Portugal vão subitamente regressar devido a uns parques incentivos como está subjacente ao Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal e outros programas similares anteriores.

Uma estratégia nacional feita com realismo, começando pela assunção de que estudos comparativos mostram ser muito improvável que os jovens casais portugueses venham a mudar a sua postura quanto ao número de filhos, sobretudo quando não há indícios de que o seu poder de compra vá aumentar significativamente nas próximas décadas.

Uma estratégia nacional que enquadre uma política de imigração/residência em Portugal que tenha como um dos seus pilares a necessidade de compensar a baixa taxa de fecundidade nacional com uma política migratória que vise a reposição populacional, com prioridade a jovens casais estrangeiros com crianças ou em idade fértil.

Consultor financeiro e *business developer*  
[www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira](http://www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira)



**Houve hesitações iniciais, e seguramente erros cometidos, mas dificilmente se encontrarão melhores exemplos da importância do projeto europeu.**



**É urgente delinear uma estratégia nacional de combate ou atenuação do decréscimo populacional, que seja amplamente debatida.**